

ORA newsletter

Nº 51 – ABRIL/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Março de 2011	1
Novo Regime de Normalização Contabilística para Microentidades e para Entidades do Sector Não Lucrativo	2
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – MARÇO DE 2011

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março - Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011, aprovado pela Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março - Adota medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios. Prevê-se ainda que os sócios destas sociedades possam proceder à entrega das suas entradas até ao final do primeiro exercício económico da sociedade.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março - Aprova os regimes da normalização contabilística para Microentidades e para as Entidades do Sector não Lucrativo e transpõe a Directiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 104/2011, de 14 de Março - Aprova os modelos para várias demonstrações financeiras para Microentidades.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - Aprova vários modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL).

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - Aprova o Código de Contas Específico para as Entidades do Sector não Lucrativo.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 107/2011, de 14 de Março - Aprova o Código de Contas para Microentidades.

ORA newsletter

Nº 51 – ABRIL/2011
(circulação limitada)

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - Publicita a homologação de uma norma contabilística e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo.

Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde - Portaria n.º 108-A/2011, de 15 de Março - Primeira alteração à Portaria n.º 55/2010, de 21 de Janeiro, que regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 111-A/2011, de 21 de Março - Aplica a certificação legal das contas por revisor oficial de contas às sociedades comerciais, excepto as qualificadas como Microentidades.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março - Regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição sobre o sector bancário estabelecida pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

NOVO REGIME DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA MICROENTIDADES E PARA ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

Normalização Contabilística para Microentidades

Enquadramento

Através da publicação, a 9 de Março de 2011, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, o qual aprovou as regras contabilísticas próprias para as Microentidades, passaram a existir três níveis ou modelos de normalização contabilística do SNC, designadamente: (i) um modelo geral, constituído por 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF); (ii) um modelo aplicável às Pequenas Entidades (PE), definidas no âmbito do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, constituído por uma única norma designada de “Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE); e (iii) um modelo aplicável às Microentidades, definidas pela Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro, constituído igualmente por uma única norma.

De referir, que a utilização do 2.º e 3.º níveis dos modelos de normalização contabilística é opcional relativamente ao 1.º nível para as entidades que se incluam dentro dos limites definidos nos respectivos diplomas. Assim, se determinada entidade estiver em condições de optar pelo 3.º nível poderá, em alternativa, exercer a opção pelo 2.º nível, ou, ainda, pelo 1.º nível.

ORA newsletter

Nº 51 – ABRIL/2011
(circulação limitada)

Modelos de Demonstrações Financeiras

A Portaria n.º 104/2011, de 14 de Março, veio aprovar os modelos de demonstrações financeiras para as Microentidades, a qual define apenas a apresentação do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas e do anexo, cujos modelos são ainda mais reduzidos que os das demonstrações financeiras definidas para o 2.º nível (NCRF-PE). Assim, fica de fora a apresentação da demonstração de fluxos de caixa e da demonstração das alterações no capital próprio.

Norma Contabilística – Microentidades (NC – ME)

A NC - ME condensa os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação, seguindo a mesma estrutura da NCRF-PE. Assim, a estrutura desta norma pode ser apresentada da seguinte forma: Objectivo; Âmbito e Conceitos; Considerações gerais sobre reconhecimento; Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras; Adopção pela primeira vez; Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros; Activos fixos tangíveis; Activos intangíveis; Locações; Custos de empréstimos obtidos; Inventários; Rédito; Provisões, passivos contingentes e activos contingentes; Subsídios do governo; Os efeitos de alterações em taxas de câmbio; Impostos sobre rendimento; Instrumentos financeiros; e Benefícios dos empregados.

Em termos genéricos, a simplificação desta norma assenta numa óptica de custo histórico não permitindo dessa forma a aplicação do conceito de justo valor, designadamente no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis, pois não permite a aplicação da revalorização. Destacamos ainda as seguintes simplificações: (i) os custos dos empréstimos obtidos devem ser sempre reconhecidos como gastos; (ii) os activos biológicos consumíveis e os produtos agrícolas são reconhecidos como inventários e tratados como tal, pelo que não se aplica o justo valor; (iii) os activos biológicos de produção são tratados como activos fixos tangíveis; (iv) não prevê a aplicação do custo amortizado no rédito nem nas rubricas de activos e passivos financeiros; e (v) só se apuram impostos correntes, não se aplicando impostos diferidos; (vi) não se aplicam as imparidades de acordo com a NCRF 12 do SNC; e (vii) não se aplica o método de equivalência patrimonial nas participações.

Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL)

Enquadramento

Em 9 de Março de 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, o qual aprovou as regras contabilísticas próprias para as Entidades do Sector Não Lucrativo. As ESNL são as que prosseguem, a título principal, actividades sem fins lucrativos e que não podem distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo, nomeadamente associações, fundações, ONG, IPSS, clubes, federações e confederações, excluindo cooperativas e entidades que apliquem as normas internacionais de contabilidade.

3/6

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 51 – ABRIL/2011
(circulação limitada)

A criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis a estas entidades justifica-se mediante duas razões essenciais. Primeiramente, em razão da disseminação que estas entidades têm vindo a conhecer e do importante papel e peso que desempenham na economia, situação que justifica o reforço das exigências de transparência relativamente às actividades que realizam e aos recursos alcançados no desenvolvimento das suas actividades. Em segundo lugar, porque as entidades que integram este sector respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a actividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços.

A aplicação destas regras contabilísticas poderá ser dispensada nas situações em que as suas vendas e outros rendimentos forem iguais ou inferiores a 150.000 euros nos dois exercícios anteriores. Assim, as ESNL poderão apresentar as suas contas em regime de caixa, devendo ser divulgada a seguinte informação: (i) pagamentos e recebimentos; (ii) bens que integram o seu património fixo; e (iii) direitos e compromissos futuros. Salientamos que esta dispensa não será aplicável às ESNL que integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas.

O regime ESNL deve ser aplicado a partir do primeiro período que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012, sem prejuízo de as entidades poderem optar por aplicá-lo a partir do exercício que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2011.

Modelos de Demonstrações Financeiras

Na sequência da publicação do Decreto-Lei referido anteriormente, foram publicados os modelos de demonstrações financeiras e respectivo Código de Contas a aplicar no regime contabilístico ESNL, através das Portarias n.º 105/2011 e n.º 106/2011, ambas de 14 de Março.

Um conjunto de demonstrações financeiras inclui: (i) Balanço; (ii) Demonstrações dos resultados por natureza ou por funções; (iii) Demonstrações de fluxos de caixa; (iv) Anexo; e (v) Demonstração de alteração nos fundos patrimoniais (neste caso, por opção ou por exigência das entidades públicas financiadoras).

Políticas Contabilísticas e Relato Financeiro

Com a entrada em vigor deste regime, as ESNL ficam vinculadas a um conjunto de princípios contabilísticos e de relato financeiro. Assim uma apresentação apropriada exige também que uma entidade: (i) selecione e adopte políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL; (ii) apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível; e (iii) proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos utentes.

ORA newsletter

Nº 51 – ABRIL/2011
(circulação limitada)

Norma Contabilística e de Relato Financeiro – ESNL

A NCRF - ESNL condensa os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades, seguindo a mesma estrutura da NCRF-PE e da NC-ME.

Certificação Legal das Contas

As contas das ESNL passam a ser obrigatoriamente certificadas por um Revisor Oficial de Contas se apresentarem contas consolidadas ou se, durante dois anos consecutivos, ultrapassarem dois dos três limites seguintes: (i) Vendas ou outros proveitos superiores a 3.000.000 euros; (ii) Número de trabalhadores superior a 50; e (iii) Total de balanço superior a 1.500.000 euros. Conforme se encontra definido no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Ivo Morais -

Bibliografia:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março;
- Portaria n.º 104/2011, de 14 de Março;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Portaria n.º 107/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

REVISORES E AUDITORES

Dedução de Prejuízos Fiscais – Intervenção dos Revisores Oficiais de Contas

Nos termos do n.º 11 do artigo 52.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 99.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, a dedução, pelas sociedades comerciais, de prejuízos fiscais em dois períodos de tributação consecutivos fica dependente, no 3.º ano, de certificação legal das contas nos termos e condições a definir em portaria do Ministro das Finanças.

Conforme mencionado no resumo da legislação fiscal, foi recentemente publicada a Portaria n.º 111-A/2011, de 21 de Março, que veio regulamentar a situação e procedimentos a seguir.

Assim, para os efeitos atrás mencionados, a certificação passa a ser exigida a: i) todas as sociedades comerciais cujas contas não se encontrem sujeitas a certificação legal nos termos da legislação aplicável; ii) ficam excluídas da certificação as sociedades comerciais que sejam qualificadas como microentidades e cujo prejuízo fiscal deduzido, nos dois últimos exercícios, seja inferior a 150 000 euros.

A certificação é realizada sem prejuízo das normas genericamente estabelecidas para a certificação legal das contas, devendo o revisor oficial de contas, no seu âmbito, certificar as contas relativas ao ano em que se pretende deduzir o prejuízo a que se refere o n.º 11 do artigo 52.º do Código do IRC e realizar um trabalho específico sobre a razoabilidade do montante do prejuízo fiscal acumulado, adoptando para o efeito normas relativas a trabalhos com finalidade especial.

A intervenção do revisor oficial de contas tem por objectivo reforçar o combate à fraude e evasão fiscal, contribuindo para controlar/despistar o aproveitamento abusivo de prejuízos fiscais, reforçando o escrutínio sobre as empresas e a responsabilização do respectivo órgão de gestão na elaboração das suas contas. O papel dos revisores oficiais de contas, enquanto garantes da legalidade, neste contexto, é certificar as contas do ano em que se vai proceder à dedução dos prejuízos fiscais, e realizar trabalhos adicionais com a específica finalidade de confirmar a razoabilidade do montante dos prejuízos fiscais acumulados que se pretendem deduzir.

De referir que a nomeação do revisor é efectuada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com os procedimentos aplicáveis por esta no âmbito da nomeação oficiosa de revisores, sendo os pedidos efectuadas pelas sociedades comerciais até ao final do mês de Março do ano em que pretendam exercer o direito à dedução.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*